

**Festas, Fé e Luta: Rituais Caiçaras como Práticas Educativas e Políticas no Território Insular****Feasts, Faith, and Struggle: Caiçara Rituals as Educational and Political Practices in Insular Territories**

Jackson Morais Barcelos\*

Vanessa da Veiga\*\*

**RESUMO:** Este artigo analisa os rituais festivos realizados por comunidades caiçaras das áreas insulares de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, como práticas educativas, formativas e políticas produzidas no interior da vida comunitária. Parte-se da compreensão de que festas como o fandango, as novenas, as procissões e as celebrações religiosas populares constituem espaços de ensino-aprendizagem não escolar, nos quais se transmitem saberes tradicionais, memórias coletivas, valores de pertencimento, formas de organização comunitária e modos de resistência territorial. Sob a perspectiva da etnossociologia, a pesquisa busca compreender como esses rituais operam como dispositivos pedagógicos de formação identitária, cultural, espiritual e política, especialmente em contextos marcados por políticas de conservação ambiental excludentes e pela invisibilização dos povos tradicionais. A investigação adota abordagem qualitativa, com base em escutas sensíveis, observação participante e análise documental, valorizando as vozes locais e seus modos próprios de narrar, celebrar, ensinar e aprender. O embasamento teórico articula contribuições da Etnossociologia, da Antropologia dos Rituais, dos Estudos Subalternos, da educação popular, da educação do território e da interculturalidade crítica. Os resultados evidenciam que os rituais caiçaras funcionam como espaços formativos intergeracionais, nos quais corpo, oralidade, fé, trabalho coletivo e memória atuam como mediações pedagógicas. Conclui-se que as festas caiçaras, além de expressões culturais e políticas, constituem práticas educativas legítimas, capazes de produzir pertencimento, consciência territorial e afirmação de saberes tradicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rituais caiçaras. Educação popular. Educação do território. Saberes tradicionais. Práticas formativas.

**ABSTRACT:** This article analyzes the festive rituals performed by caiçara communities in the insular areas of Guaraqueçaba, on the coast of Paraná, as educational, formative, and political practices produced within community life. It is based on the understanding that celebrations such as fandango, novenas, processions, and popular religious festivities constitute non-school spaces of teaching and learning, where traditional knowledge, collective memories, values of belonging, forms of community organization, and modes of territorial resistance are transmitted. From an ethnosociological perspective, the research seeks to understand how these rituals operate as pedagogical devices for identity, cultural, spiritual, and political formation, especially in contexts marked by exclusionary environmental conservation policies and the invisibilization of traditional peoples. The study adopts a qualitative approach, based on sensitive listening, participant observation, and document analysis, valuing local voices and their own ways of narrating, celebrating, teaching, and learning. The theoretical framework brings together contributions from Ethnosociology, Anthropology of Rituals, Subaltern Studies, popular education, territorial education, and critical interculturality. The results show that caiçara rituals function as intergenerational formative spaces in which the body, orality, faith, collective work, and memory operate as pedagogical mediations. It is concluded that caiçara festivals, beyond being cultural and political expressions, constitute legitimate educational practices capable of producing belonging, territorial awareness, and the affirmation of traditional knowledge.

**KEYWORDS:** Caiçara rituals. Popular education. Territorial education. Traditional knowledge. Formative practices.

\* Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Guaraqueçaba/PR. Educador na rede estadual do Paraná (SEED/PR). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7849-8198>. E-mail: [jacksonbarcelos515@gmail.com](mailto:jacksonbarcelos515@gmail.com)

\*\* Especialista em Educação do Campo. Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7973-9135>. E-mail: [vanessa.da.veiga@escola.pr.gov.br](mailto:vanessa.da.veiga@escola.pr.gov.br).

## 1 Introdução

Nas comunidades caiçaras insulares de Guaraqueçaba, no litoral paranaense, os rituais festivos constituem mais do que expressões culturais, religiosas ou identitárias: configuram-se como espaços educativos vivos, nos quais se ensina e se aprende por meio da oralidade, do corpo, da fé, da memória e da participação comunitária. Entre marés, mutirões, rezas, fandangos e procissões, produzem-se formas próprias de transmissão de saberes que ampliam a compreensão da educação como prática social, histórica e territorial. O fandango caiçara, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, exemplifica essa pedagogia comunitária, pois articula aprendizagem intergeracional, expressão corporal, musicalidade, memória e responsabilidades coletivas. Integrado às novenas, festas do Divino Espírito Santo e celebrações de santos padroeiros, ele compõe um calendário no qual fé, cultura, trabalho coletivo e educação do território se entrelaçam.

A problemática que orienta este estudo nasce dessa dimensão formativa dos rituais caiçaras. Em contextos marcados por políticas de conservação ambiental restritivas, invisibilização institucional e fragilização dos modos de vida tradicionais, as festas assumem papel central na continuidade dos saberes comunitários. Elas não apenas celebram tradições, mas educam sujeitos para a vida coletiva, a resistência territorial e a afirmação identitária. Nesse sentido, busca-se compreender quais processos educativos estão presentes nos rituais festivos caiçaras, quais práticas formativas podem ser observadas em sua realização e de que modo essas celebrações se constituem como espaços pedagógicos não escolares, capazes de produzir consciência histórica, vínculos comunitários e leitura crítica do território.

A análise dessas práticas sob a perspectiva da etnossociologia permite reconhecer racionalidades educativas e políticas presentes nas formas cotidianas de narrar, celebrar, dançar, rezar e organizar a vida comum. Em diálogo com Oliveira (1999), DaMatta (1997), Freire (1996), Brandão (2006) e Arroyo (2007), o artigo compreende os rituais como práticas sociais nas quais a formação humana ocorre de maneira situada, coletiva e incorporada. Mais do que manifestações simbólicas ou folclóricas, as festas são interpretadas como dispositivos pedagógicos de transmissão cultural, nos quais o corpo aprende, a memória ensina, a oralidade preserva e o território se constitui como matriz educativa.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na escuta de narrativas orais, na observação participante em festas realizadas nas comunidades insulares e na análise documental de registros comunitários. A aproximação com os sujeitos e com os espaços rituais possibilita compreender como os saberes são partilhados nos preparativos, cortejos, danças, rezas,

mutirões e momentos de convivência. Valorizam-se, assim, as vozes locais e seus modos próprios de ensinar e aprender, considerando que a formação se expressa nos gestos, nos silêncios, nas responsabilidades assumidas e na participação das diferentes gerações.

Ao focalizar os rituais festivos de Guaraqueçaba como práticas educativas, o artigo busca contribuir para o reconhecimento de pedagogias produzidas fora dos espaços escolares convencionais, mas profundamente vinculadas à formação dos sujeitos e à continuidade dos modos de vida tradicionais. Os festejos caiçaras são, portanto, compreendidos como currículos vivos do território, nos quais a comunidade aprende e ensina a pertencer, cuidar, celebrar, resistir e existir coletivamente.

## **2 Etnossociologia, Rituais e Formação Comunitária: Fundamentos Teóricos**

Compreender os rituais festivos caiçaras como práticas educativas, culturais e políticas exige superar concepções que restringem a educação ao espaço escolar e a política às instituições formais do Estado. Nas comunidades tradicionais, processos formativos ocorrem nas experiências cotidianas, na oralidade, nos gestos coletivos, nas práticas de trabalho, na religiosidade popular e nos modos de ocupar o território. A etnossociologia oferece uma chave analítica para interpretar essas práticas a partir dos sentidos produzidos pelos próprios sujeitos, articulando cultura, memória, pertencimento e relações de poder. Conforme Oliveira (1999), compreender as práticas sociais exige olhar, ouvir e escrever com base em uma escuta situada, capaz de reconhecer os saberes produzidos nos contextos vividos.

Nessa perspectiva, os rituais não podem ser reduzidos a manifestações folclóricas, religiosas ou recreativas. Eles constituem espaços de produção e transmissão de conhecimentos, nos quais a comunidade ensina e aprende modos de agir, lembrar, pertencer e resistir. DaMatta (1997) destaca que as festas suspendem parcialmente o cotidiano e permitem a dramatização de outros sentidos de ordem e coletividade. Geertz (2008), por sua vez, compreende os rituais como textos sociais densos, carregados de símbolos e significados. Nos contextos caiçaras, cantos, passos de fandango, ladainhas, alimentos partilhados e gestos de preparação funcionam como mediações educativas. A festa ensina sem assumir necessariamente a forma de aula e transmite conhecimentos sem depender da escrita como único registro legítimo.

A educação popular contribui diretamente para compreender essa pedagogia vivida. Em Freire (1996), a educação é inseparável da experiência, do diálogo, da leitura crítica do mundo e do reconhecimento dos saberes dos sujeitos. Os rituais caiçaras expressam essa dimensão ao reunirem crianças, jovens, adultos e idosos em processos coletivos de aprendizagem. Aprende-

se observando os mestres, acompanhando os cantos, repetindo gestos, ajudando nos preparativos, ouvindo narrativas e assumindo responsabilidades nas celebrações. Brandão (2006) reforça essa leitura ao compreender que a educação ocorre nos diferentes espaços da vida social, especialmente quando uma comunidade transmite os sentidos de sua existência coletiva.

Nesse contexto, a expressividade dos corpos e a musicalidade dos rituais adquirem centralidade pedagógica. O fandango é um dos exemplos mais significativos da articulação entre cultura, educação, política e território. O corpo que dança não apenas representa uma tradição: ele aprende, memoriza, comunica e reafirma a presença caiçara no espaço vivido. A rabeca, o sapateado, o canto e a roda funcionam como linguagens formativas, por meio das quais se transmitem saberes ancestrais e se preserva uma memória coletiva ameaçada pela invisibilização institucional.

**Figura 1** – Grupo de Fandango Caiçara “Pirão do Mesmo” da Comunidade de Ilha Rasa.



**Fonte:** @grupodefandango\_pirao.do.mesmo, 2023.

Como evidencia a imagem, o fandango configura-se como dispositivo de formação comunitária. Do toque da rabeca ao sapateado, os gestos reencenam vínculos afetivos, saberes ancestrais e formas de pertencimento territorial. A organização coletiva, os instrumentos e a expressão corporal demonstram que a aprendizagem ocorre pela participação e pela

convivência. Trata-se de uma prática educativa incorporada, na qual o conhecimento é vivido, repetido, sentido e transmitido entre gerações.

Essa dimensão formativa não está separada das tensões políticas que atravessam o território. Conforme Scott (2002), práticas cotidianas de grupos subalternizados podem constituir formas discretas de resistência, expressas em gestos, silêncios, rituais e persistências. Manter uma festa, ensinar um canto ou organizar uma procissão também significa afirmar uma pedagogia própria diante do silenciamento histórico. Butler (2015) acrescenta que os atos reiterados não apenas reproduzem normas, mas podem deslocá-las e produzir novos sentidos. Assim, celebrar o Divino, dançar o fandango ou conduzir uma novena não representa simples manutenção do passado, mas atualização pedagógica do presente, pela qual a comunidade ensina às novas gerações modos de permanecer, cuidar e resistir.

Os Estudos Subalternos ajudam a compreender a necessidade de reconhecer saberes historicamente silenciados. Spivak (2010) chama atenção para os limites das representações hegemônicas e para a importância de escutar as vozes subalternizadas na produção do conhecimento. Ao interpretar os rituais caiçaras como práticas epistemológicas e educativas, reconhece-se que há pensamento, memória, método e formação nas festas populares. Elas constituem narrativas, mapas afetivos e arquivos vivos de uma história nem sempre registrada nos documentos oficiais, mas atualizada nas praias, capelas, terreiros, cantos e corpos que participam da vida ritual.

O conceito de reexistência, formulado por autores latino-americanos como Albán (2014), amplia essa interpretação ao demonstrar que as comunidades tradicionais não apenas resistem à dominação, mas reinventam continuamente seus modos de viver, ensinar e produzir sentidos. Nos rituais caiçaras, a reexistência assume caráter pedagógico: educa para o pertencimento, a dignidade coletiva e a continuidade dos saberes tradicionais. A festa é, portanto, mais do que resiliência cultural; constitui prática formativa, criação social e afirmação de uma racionalidade que confronta a colonialidade do saber.

Ao articular Etnossociologia, Antropologia dos Rituais, educação popular, performatividade e pensamento subalterno, esta seção fundamenta a compreensão das festas caiçaras como parte de um sistema educativo, simbólico e político de formação comunitária em Guaraqueçaba. O que se celebra não é apenas um santo, uma dança ou uma tradição, mas a possibilidade de continuar ensinando, aprendendo, pertencendo e existindo coletivamente no território.

### 3 Percursos Metodológicos: Escuta, Território e Processos Formativos

A compreensão dos rituais festivos caiçaras como práticas educativas, culturais e políticas exige uma abordagem metodológica sensível aos contextos sociais, históricos e territoriais em que essas manifestações ocorrem. Adotou-se uma metodologia qualitativa, com inspiração etnográfica, voltada à escuta, à observação participante e à valorização das narrativas comunitárias como formas legítimas de produção de conhecimento. O percurso buscou compreender não apenas o que as festas representam, mas como ensinam, quais sujeitos participam de seus processos formativos e que saberes são transmitidos no território.

A investigação foi realizada em comunidades insulares de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, onde persistem modos de vida vinculados à tradição caiçara, à religiosidade popular, ao trabalho coletivo, à pesca artesanal, à oralidade e à memória comunitária. A escolha dessas localidades fundamentou-se na centralidade do fandango, das novenas, das festas de santos padroeiros e dos mutirões no cotidiano local, momentos em que se evidenciam aprendizagens intergeracionais, transmissão cultural e formas próprias de organização coletiva.

A delimitação do campo ocorreu por meio de contatos com mestres de cultura, lideranças comunitárias, moradores antigos, professoras locais e sujeitos envolvidos na organização dos festejos. Esses interlocutores contribuíram para identificar os momentos mais significativos do calendário cultural insular. A observação voltou-se especialmente à participação de crianças e jovens nos preparativos, à escuta dos mais velhos, à aprendizagem dos cantos e gestos, à ornamentação dos altares, à partilha de alimentos, à condução dos cortejos e à transmissão de narrativas relacionadas à fé, ao território e à vida comunitária.

Inspirado na pesquisa participante, conforme Brandão (2006), o trabalho de campo buscou estabelecer vínculos baseados no respeito, na convivência e na escuta comprometida. A inserção nas comunidades ocorreu de forma gradual, com participação em festas religiosas, ensaios de fandango, mutirões, reuniões e preparativos das celebrações. Essa imersão permitiu observar que os rituais não se restringem ao momento público da festa, mas envolvem aprendizagens iniciadas na preparação e prolongadas nas memórias, narrativas e responsabilidades assumidas pelos participantes.

Também foram realizadas entrevistas abertas com mestres fandanguheiros, festeiros, devotos, professoras locais e moradores mais antigos. As conversas seguiram roteiros flexíveis, respeitando os tempos da fala, os silêncios e os temas que emergiam das próprias narrativas. A escuta, conforme Portelli (2010), foi compreendida como valorização da memória coletiva e do saber popular, reconhecendo o narrador como produtor de conhecimento situado. Os relatos

permitiram compreender as festas como espaços de união, fé, pertencimento, responsabilidade coletiva e continuidade dos saberes tradicionais.

O material empírico foi complementado pela análise de documentos comunitários, registros fotográficos, anotações de campo e materiais relacionados às práticas culturais locais. A interpretação das narrativas apoiou-se na hermenêutica de profundidade de Thompson (2011), considerando os contextos sociais e históricos da enunciação, bem como sentidos, ausências e silêncios presentes nos discursos. Essa abordagem possibilitou identificar processos educativos manifestados nos modos de fazer, repetir, ensinar, acompanhar e participar das atividades rituais.

Outra ferramenta metodológica utilizada foi a cartografia social, compreendida como processo colaborativo de leitura e representação do território. Inspirada em Wood (2010), a construção de mapas afetivos com moradores permitiu identificar zonas de celebração, rotas tradicionais, espaços de memória, locais de encontro e pontos simbólicos associados às festas. Mais do que localizar práticas, a cartografia evidenciou como os sujeitos aprendem a reconhecer o território por meio das travessias, capelas, terreiros, caminhos, praias e espaços de convivência.

Do ponto de vista ético, a pesquisa foi conduzida com respeito aos sujeitos, aos modos de vida locais e aos saberes compartilhados. Os participantes foram informados sobre os objetivos e o uso acadêmico das informações, com preservação das identidades quando necessária. As escutas e observações ocorreram com consentimento dos envolvidos, evitando a exposição indevida de pessoas, famílias ou grupos. Também foram promovidos diálogos e devolutivas à comunidade, reconhecendo o caráter coletivo dos conhecimentos produzidos.

A seguir, sistematizam-se algumas manifestações observadas como expressões de práticas educativas comunitárias, nas quais os rituais articulam memória, oralidade, participação, pertencimento e formação intergeracional.

**Tabela 1** – Festas tradicionais caiçaras, comunidades envolvidas, elementos rituais, processos educativos e práticas formativas observadas.

| <b>Festa Tradicional</b>       | <b>Comunidade</b> | <b>Elementos Rituais</b>               | <b>Processos Educativos Observados</b>                                                 | <b>Práticas Formativas</b>                                                                                                     |
|--------------------------------|-------------------|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Festa do Divino Espírito Santo | Ilha Rasa         | Cortejo, rabeca, partilha de alimentos | Transmissão de valores de fé, solidariedade, pertencimento e responsabilidade coletiva | Participação nos preparativos, escuta dos mais velhos, partilha, organização do espaço festivo e aprendizagem pela convivência |

|                           |                    |                                                         |                                                                                                      |                                                                                                                                         |
|---------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Festa de São João Batista | Ilha de Tibicanga  | Procissão, missa, partilha de alimentos, altar decorado | Formação religiosa, memória comunitária, cuidado coletivo e fortalecimento dos vínculos territoriais | Ornamentação do altar, preparação da festa, participação de crianças, jovens e adultos, transmissão de narrativas e práticas de devoção |
| Fandango Caiçara          | Guaraqueçaba/Ilhas | Dança, sapateado, rabeca, mutirão                       | Aprendizagem corporal, musical, identitária e intergeracional dos saberes caiçaras                   | Observação dos mestres, repetição dos gestos, aprendizagem dos ritmos, participação na roda e valorização da memória cultural           |

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo realizada pelo autor nas comunidades insulares de Guaraqueçaba-PR (2024).

Os dados sistematizados demonstram que cada festa ultrapassa a condição de evento religioso ou cultural. Trata-se de uma prática educativa na qual território, memória, fé, oralidade e trabalho coletivo se articulam na formação humana. A Festa do Divino, a Festa de São João Batista e o fandango evidenciam que os saberes caiçaras são transmitidos pela participação, observação, repetição e convivência, constituindo pedagogias próprias do território.

Em síntese, o percurso metodológico foi construído como processo dialógico, sensível às singularidades territoriais e comprometido com a valorização das vozes caiçaras. Ao integrar escuta, observação participante, entrevistas, cartografia social e análise documental, buscou-se reconhecer os rituais como espaços vivos de formação comunitária, nos quais se aprendem modos de pertencer, lembrar, celebrar, resistir e cuidar do território.

Nota ética: a investigação preservou a identidade dos participantes e evitou qualquer exposição individual indevida. As informações foram obtidas por meio de observações em campo, escutas comunitárias, registros culturais e análise de manifestações tradicionais, com finalidade acadêmica e educativa. As imagens foram retiradas de fontes públicas, devidamente referenciadas e utilizadas sem finalidade comercial, respeitando os princípios de autoria, contextualização e uso responsável.

#### **4 Educação dos Saberes Tradicionais: Rituais Caiçaras como Espaços Formativos**

A educação, enquanto prática social, cultural e histórica, não se limita aos espaços formais da escola nem à transmissão sistematizada de conteúdos. Ela também se realiza nas experiências coletivas, na oralidade, na memória, nos gestos cotidianos e nos modos pelos quais uma comunidade ensina às novas gerações aquilo que considera essencial para sua continuidade. Nas comunidades caiçaras de Guaraqueçaba, festas do Divino Espírito Santo, fandangos, novenas, procissões, mutirões e celebrações de santos padroeiros constituem espaços formativos nos quais circulam saberes tradicionais, valores de pertencimento, práticas de devoção, formas de organização coletiva e memórias territoriais. Nesses rituais, crianças, jovens, adultos e idosos aprendem observando, escutando, repetindo, cantando, dançando, preparando alimentos, ornamentando altares e assumindo responsabilidades na vida comunitária.

A aprendizagem ritual organiza-se por diferentes mediações pedagógicas. A oralidade permite que narrativas, rezas, ladainhas, causos e lembranças circulem entre as gerações; o corpo, especialmente no fandango, aprende por meio do sapateado, da roda, do ritmo e da sintonia coletiva; e a fé educa para a partilha, a devoção, o cuidado e a solidariedade. Essa pedagogia não se estrutura nos moldes de uma aula formal, mas apresenta intencionalidades próprias: ensina a respeitar os mestres, reconhecer os lugares sagrados, compreender o calendário comunitário, participar dos mutirões e preservar a memória dos antepassados. Desse modo, os rituais funcionam como “escolas do território”, nas quais se aprende a ler o mundo vivido e a fortalecer os vínculos que sustentam a permanência nas ilhas, como indicam Brandão (2002) e Arroyo (2007) ao compreenderem a educação como prática da vida, da cultura e da luta.

A perspectiva freiriana contribui de modo decisivo para essa interpretação. Para Freire (1996), a educação libertadora nasce do diálogo, do reconhecimento dos saberes dos sujeitos e da leitura crítica da realidade. Nos rituais caiçaras, esse diálogo se expressa na convivência entre gerações, na escuta das narrativas comunitárias e na participação ativa nos processos de celebração. A festa educa porque possibilita que a comunidade leia a si mesma, reconheça suas memórias, seus conflitos e seus projetos de continuidade. Ao celebrar, os caiçaras não apenas repetem tradições herdadas, mas reinterpretem sua história, reafirmam seu pertencimento e constroem sentidos coletivos diante das pressões que ameaçam seus modos de vida.

Os processos educativos observados nos rituais podem ser compreendidos em três dimensões articuladas. A primeira é a transmissão de saberes, presente nos cantos, nas rezas,

nas danças, nos instrumentos, nos gestos, no preparo dos alimentos e na organização dos espaços festivos. A segunda é a formação identitária, pois as festas ensinam os sujeitos a reconhecerem-se como integrantes de uma coletividade vinculada ao mar, à ilha, à fé, à memória e às práticas de reciprocidade. A terceira é a consciência territorial, uma vez que os rituais reafirmam que o espaço vivido não é apenas lugar de moradia, mas também de trabalho, espiritualidade, cultura, memória e direito.

As práticas formativas presentes nas festas revelam ainda a participação comunitária como princípio educativo. Diferentemente de modelos pedagógicos baseados na separação rígida entre quem ensina e quem aprende, os rituais produzem uma aprendizagem compartilhada. Os mais velhos ensinam pela experiência; os jovens aprendem participando; as crianças observam e incorporam gestos; os festeiros coordenam tarefas; os músicos e mestres transmitem ritmos, histórias e modos de fazer; e as famílias colaboram na preparação dos alimentos e dos espaços. A formação ocorre, assim, em rede, atravessando corpos, vozes, afetos, responsabilidades e memórias.

Reconhecer os rituais caiçaras como espaços formativos significa ampliar o próprio conceito de educação. A escola formal é fundamental, mas não esgota os processos educativos existentes no território. Nas comunidades tradicionais, a formação humana também acontece na beira da praia, no terreiro da capela, na roda de fandango, na procissão marítima, no preparo do altar, na partilha da comida e na escuta dos mestres da cultura. Esses espaços produzem conhecimentos nem sempre registrados em livros ou documentos oficiais, mas indispensáveis à continuidade dos modos de vida, dos vínculos comunitários e das práticas de resistência cultural.

Essa compreensão também desafia o currículo hegemônico a reconhecer os saberes tradicionais como formas legítimas de conhecimento. Quando os rituais caiçaras são tratados apenas como folclore, perde-se sua densidade pedagógica, histórica e política. Quando reconhecidos como práticas educativas, tornam-se visíveis as relações entre leitura de mundo, memória coletiva, ética comunitária, espiritualidade, trabalho coletivo e defesa do território. A festa, nesse horizonte, não é apenas objeto de estudo, mas experiência formativa que ensina pela presença, pela repetição, pela emoção e pela participação.

Portanto, os rituais caiçaras constituem práticas educativas fundamentais para a continuidade dos saberes tradicionais e para a formação de sujeitos vinculados à sua história e ao seu território. Eles educam sensibilidades, transmitem valores, fortalecem identidades, preservam memórias e produzem consciência coletiva. Compreendê-los como espaços pedagógicos vivos permite reconhecer que a comunidade ensina e aprende a permanecer,

cuidar, resistir e existir coletivamente. É a partir dessa centralidade educativa que as próximas seções analisam o território, a fé, a luta e a performatividade como dimensões inseparáveis da formação comunitária caiçara.

## **5 O Território Caiçara como Espaço de (Re)Existência e Formação**

O território, para além de sua definição geográfica, é vivido, significado, ensinado e continuamente disputado. No caso das comunidades caiçaras insulares de Guaraqueçaba, ele não é apenas o lugar onde se habita, mas um espaço formativo no qual se aprendem modos de viver, trabalhar, celebrar, cuidar e pertencer. Entre marés, mutirões, saberes ancestrais, rezas cantadas e festas comunitárias, o território se apresenta como matriz educativa, pois nele se inscrevem práticas de memória, formas de sociabilidade e modos próprios de transmissão cultural. É nessa territorialidade enraizada que se constitui a reexistência caiçara, entendida não apenas como resistência às formas de apagamento, mas como capacidade coletiva de continuar formando sujeitos vinculados à sua história, à sua cultura e ao seu lugar.

A noção de reexistência, conforme discutida por Walsh (2009), permite compreender que os povos tradicionais não apenas resistem às lógicas de dominação, mas produzem outros modos de existir, conhecer e educar a partir de suas próprias experiências históricas. Em Guaraqueçaba, essa reexistência se expressa nas travessias de canoa, nas práticas de pesca, nos mutirões, nas roças tradicionais, nas celebrações religiosas e, sobretudo, nas festas. Cada ritual, cada ladainha, cada dança de fandango e cada procissão reatualiza a presença comunitária no território e ensina às novas gerações que pertencer não é apenas morar em um lugar, mas reconhecer-se como parte de uma coletividade que constrói sentidos, memórias e responsabilidades sobre esse espaço.

As Unidades de Conservação implementadas na região, embora legitimadas pelo discurso ambiental, muitas vezes operam sob um paradigma que separa sociedade e natureza, desconsiderando os modos tradicionais de uso, manejo e significação do território. Conforme aponta Escobar (2010), os projetos hegemônicos de conservação tendem a marginalizar saberes locais quando impõem modelos externos de gestão ambiental. Em Guaraqueçaba, essa lógica aparece nas restrições à pesca, à agricultura tradicional, à circulação comunitária e, em alguns contextos, até mesmo às práticas festivas. Diante disso, os rituais tornam-se também espaços de formação crítica, pois ensinam a comunidade a reconhecer os conflitos que atravessam seu território e a afirmar seus modos próprios de existência.

É nesse contexto que o território se converte em arena simbólica, política e pedagógica. A comunidade não apenas habita a ilha: ela a canta, dança, planta, reza, percorre e ensina. A festa, como expressão territorializada da cultura, torna-se uma forma de mapear o lugar por outros códigos: os da memória coletiva, da oralidade, da ancestralidade e da experiência vivida. Nas celebrações, crianças, jovens e adultos aprendem quais espaços são sagrados, quais caminhos guardam histórias, quais práticas sustentam a vida comum e quais vínculos precisam ser preservados para que o território continue sendo reconhecido como lugar de pertencimento.

A espiritualidade que guia os rituais caiçaras não se dissocia da vivência territorial. A procissão marítima, por exemplo, incorpora a paisagem natural às celebrações, reafirmando a relação entre fé, território, identidade e formação comunitária. O deslocamento das embarcações enfeitadas transforma o mar em caminho sagrado e o território em cenário ritual, mas também em espaço de aprendizagem: aprende-se a reconhecer a força simbólica das águas, a importância da devoção coletiva, o valor da organização comunitária e o sentido de continuidade dos saberes transmitidos entre gerações.

**Figura 2** – Procissão da Festa do Divino Espírito Santo na praia da Ilha das Peças. A travessia dos fiéis, acompanhada de estandartes floridos e cantos sagrados, reafirma a relação simbólica entre fé, território e identidade caiçara.



**Fonte:** Folha do Litoral. Foto: Divulgação equipe Mandicuera, 2023. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/editorias/eventos/festa-do-divino-acontece-nos-dias-18-e-19-na-ilha-das-pecas/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

A cena representada evidencia como o território insular é continuamente ressignificado pelas práticas culturais e religiosas. O cortejo pelas águas, além de evocação devocional,

constitui uma manifestação de pertencimento, reivindicação simbólica do espaço e formação territorial. Em um contexto de restrições ambientais e invisibilização das comunidades tradicionais, a fé navegada torna-se linguagem educativa e política: ensina a permanecer, a lembrar, a celebrar e a afirmar publicamente a presença caiçara no território.

Segundo Haesbaert (2011), o território não é apenas espaço de controle, mas também de pertencimento. Raffestin (1993), por sua vez, compreende o território como resultado de relações de poder, permanentemente construídas e negociadas. Nas ilhas de Guaraqueçaba, essas dimensões se cruzam: coexistem o território administrativo do Estado, o território legal das Unidades de Conservação, o território técnico dos pesquisadores e gestores ambientais e, sobretudo, o território vivido pelas comunidades. Este último é marcado pela circulação entre ilhas, pela reciprocidade, pelas práticas religiosas, pela memória dos antigos e pelos aprendizados cotidianos que sustentam os modos de vida caiçaras.

Os festejos funcionam como ferramentas de demarcação simbólica e educativa do espaço. Ao realizarem suas festas no terreiro da capela, na beira da praia, no salão comunitário ou no quintal do mestre fandangueiro, os caiçaras reafirmam o direito ao uso do território e à continuidade de seus modos de vida. A celebração torna-se ato de presença e processo formativo: ensina onde a comunidade se reúne, como se organiza, quem guarda os saberes, quais gestos precisam ser repetidos e que memórias devem permanecer vivas. Trata-se de uma geopedagogia da cultura, em que o mapa do território se desenha com danças, cantos, fogueiras, orações, travessias e partilhas.

Nesse sentido, o território caiçara não pode ser reduzido a uma categoria técnica de gestão ambiental. Ele é construção histórica, afetiva, espiritual e pedagógica, produzida por gerações que mantiveram viva a relação com a terra, com o mar, com os santos e com a coletividade. A festa é parte constitutiva dessa construção, não como evento isolado, mas como expressão contínua da vida comunitária. Reafirmar o território como espaço de (re)existência é reconhecer que os caiçaras não estão apenas resistindo à exclusão: estão ensinando modos de permanecer, criando sentidos para estar no mundo e formando sujeitos capazes de defender, celebrar e transmitir a história viva de seu povo.

## **6 Festas, Fé e Luta: Rituais Caiçaras como Práticas Educativas e Políticas**

Nas ilhas de Guaraqueçaba, onde a linha entre o mar e a terra é traçada por remos, redes, rezas e cantos, a festa emerge como uma forma singular de formação comunitária e inscrição política. Mais do que um evento marcado no calendário religioso ou cultural, ela representa um

gesto coletivo por meio do qual a comunidade reafirma sua presença, sua fé, sua memória e seu direito de continuar existindo em seu território. Entre os batuques do fandango, as ladainhas do Divino, os andores floridos e as festas de santos, constrói-se uma pedagogia própria, na qual se aprende a pertencer, a cuidar, a celebrar e a resistir.

A festa, nesse contexto, é simultaneamente ato de fé, prática educativa e linguagem de luta. A religiosidade popular caiçara não se restringe à devoção individual, pois estrutura uma vivência comunitária que articula espiritualidade, organização coletiva, memória e formação. A preparação do altar, o mutirão para erguer o mastro, o ensaio dos cantos, a partilha da comida e a organização do cortejo compõem um processo no qual a coletividade se reconhece, se fortalece e transmite saberes às novas gerações. Cada etapa da festa ensina responsabilidades, valores de reciprocidade, modos de convivência e formas de pertencimento territorial.

Ademais, a realização das festas caiçaras envolve uma complexa rede de relações de cuidado, cooperação e transmissão intergeracional. Desde os preparativos até a partilha final, crianças, jovens, adultos e idosos participam de práticas que revelam uma pedagogia dos festejos populares. Aprende-se observando os mais velhos, repetindo gestos, ajudando na ornamentação, escutando narrativas, acompanhando rezas e reconhecendo a importância dos símbolos comunitários. Assim, a festa se torna espaço de aprendizagem situada, no qual a formação acontece pela participação e pela convivência.

**Figura 3** – Celebração da Festa de São João Batista na comunidade da Ilha de Tibicanga, Guaraqueçaba-PR.



**Fonte:** Diocese de Paranaguá. Publicação em Facebook, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/diocesedeparanagua/posts/1193030629536015/>. Acesso em: 2 jul. 2025

A imagem acima ilustra o valor atribuído à coletividade como eixo organizador das festas. O mutirão para ornamentar o altar, muitas vezes envolvendo mulheres, jovens, crianças e moradores mais antigos, reforça o caráter comunitário da fé e evidencia como o território é construído por gestos de cuidado, beleza, devoção e aprendizagem. Trata-se de uma prática educativa e política silenciosa, mas profundamente eficaz, pois ensina a importância da cooperação, da memória religiosa e da continuidade dos vínculos comunitários.

Conforme argumenta Raboteau (2016), nas tradições de matriz popular e comunitária, o sagrado não está apartado da vida social, mas profundamente imbricado nela. Essa imbricação permite compreender que o rito não apenas expressa uma crença, mas também organiza relações, orienta condutas e forma sujeitos. Nas comunidades caiçaras, a fé convoca à ação: reúne pessoas, distribui tarefas, fortalece laços, atualiza memórias e ensina modos de viver coletivamente. Por isso, os festejos não podem ser lidos apenas como manifestações devocionais, mas como práticas formativas que articulam espiritualidade, território e resistência.

Ao manter viva a tradição festiva, mesmo diante de restrições ambientais, precarização das condições materiais e invisibilização institucional, as comunidades insulares de Guaraqueçaba afirmam sua autonomia cultural e pedagógica. A festa torna-se espaço de insurgência simbólica, uma linguagem que denuncia sem gritar, que protesta celebrando e que afirma existência por meio do corpo, da fé e da memória. Como defende Teixeira (2018), expressões culturais populares podem ser compreendidas como formas de inscrição estética da política, nas quais o sensível se converte em estratégia de enunciação crítica.

Essa dimensão insurgente das festas é reforçada pela performatividade. A partir de Butler (2015), é possível compreender que os atos reiterados — dançar, cantar, preparar, rezar e conduzir procissões — não apenas expressam identidades, mas as constroem e as atualizam. Nas festas caiçaras, a repetição dos ritos não é simples conservação do passado; é um modo de formar sujeitos no presente. Cada movimento de fandango, cada passo dado no terreiro, cada canto entoado e cada gesto de partilha ensina que a comunidade permanece viva. A presença performada no corpo coletivo desestabiliza narrativas que reduzem essas populações a folclore ou resíduo cultural.

Não se trata, portanto, de uma religiosidade passiva ou resignada, mas de uma fé que organiza, reúne, cuida, ensina e defende. As festas do Divino Espírito Santo, por exemplo, com seus símbolos de justiça, fartura e fraternidade, atualizam cosmologias de solidariedade comunitária que contrastam com lógicas individualizantes. Como aponta Lajonquière (2021), os rituais populares muitas vezes funcionam como gramáticas do comum, nas quais se ensaia

outra política possível, fundada no vínculo, na circularidade e na partilha. Nas ilhas de Guaraqueçaba, essa gramática também educa, pois ensina a manter o coletivo pulsando mesmo sob condições adversas.

A realização das festas em espaços públicos — capelas, praças, trapiches, escolas, praias e salões comunitários — transforma temporariamente a paisagem e ressignifica o território. A música preenche o espaço, os corpos ocupam os caminhos, os símbolos religiosos dialogam com a natureza e a memória coletiva torna-se visível. Esse processo reorganiza simbolicamente as relações de poder e torna presentes sujeitos historicamente esquecidos ou silenciados. Ao mobilizarem emoções, lembranças e sentidos partilhados, as festas operam como práticas de sensibilização, aprendizagem e afirmação pública da existência caiçara.

Por fim, compreender os rituais festivos como práticas educativas e políticas permite deslocar o olhar sobre as formas tradicionais de ação coletiva. Em vez de buscar nas festas apenas elementos folclóricos ou religiosos, propõe-se reconhecê-las como espaços de formação humana, resistência territorial, afirmação cultural e construção de sentidos comunitários. Em Guaraqueçaba, cada festa é também uma aula pública de pertencimento, um canto de permanência e um gesto de esperança que se renova a cada celebração. É nesse canto — coletivo, devoto e formativo — que se inscreve, com força e beleza, a educação política caiçara.

## **7 Resistência e Performatividade: Análise das Práticas e Discursos**

A resistência das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba não se realiza apenas por meio da denúncia explícita ou do enfrentamento direto às políticas excludentes, mas também nas práticas cotidianas que reafirmam modos de vida, saberes tradicionais e vínculos territoriais. Entre essas práticas, os rituais festivos ocupam lugar central, pois mantêm viva a memória coletiva, renovam os laços comunitários e inscrevem os corpos no território como afirmação de continuidade, pertencimento e formação. A resistência, nesse caso, é silenciosa, mas não passiva: ela se manifesta nos gestos, nos ritmos, nos cânticos, nas rezas, nas danças e nas formas de participação que ensinam às novas gerações como reconhecer, valorizar e defender sua história. Assim, cada festa opera como espaço de aprendizagem comunitária, no qual a memória não é apenas lembrada, mas praticada, transmitida e atualizada.

A noção de performatividade, conforme elaborada por Schechner (2013), permite compreender os rituais como eventos que não apenas representam uma cultura, mas a produzem no próprio ato de sua realização. Quando uma comunidade se organiza para celebrar o Divino, preparar uma novena ou dançar o fandango, ela não está apenas preservando uma tradição; está

formando sujeitos, transmitindo saberes, reafirmando alianças e ocupando simbolicamente um espaço historicamente atravessado por disputas. O corpo que dança, canta, reza e caminha em procissão torna-se suporte de memória e mediação pedagógica. Como afirma Taylor (2016), a performance é também forma de conhecimento transmitida pelo corpo e pela ação. Nos contextos caiçaras, onde parte significativa da história comunitária não está registrada em arquivos oficiais, mas cantada, dançada, rezada e narrada, a performatividade funciona simultaneamente como arquivo vivo, prática educativa e ação política.

Além das práticas visíveis, os discursos que emergem nas entrevistas e nas conversas informais reforçam essa dimensão formativa da resistência. Quando um mestre fandagueiro afirma que “a festa é nossa voz”, revela-se a compreensão de que a celebração é também enunciação, memória e ensinamento coletivo. Esses discursos não seguem necessariamente a lógica acadêmica ou jurídica, mas expressam uma racionalidade própria, construída no cotidiano, entre o simbólico, o espiritual, o político e o pedagógico. A fala, o silêncio, o canto, o gesto e a presença comunitária tornam-se registros de uma educação do sensível, que exige escuta atenta e reconhecimento epistemológico. Desse modo, as festas caiçaras configuram um repertório de práticas performativas que ressignificam o território, atualizam a identidade coletiva e enfrentam o apagamento com criatividade, beleza e persistência. Nesse movimento, corpo, fé, canto e luta constituem modos legítimos de ensinar, aprender, habitar e defender o mundo.

## 8 Considerações finais

As festas populares caiçaras, celebradas entre remos, rabecas, rezas, procissões, mutirões e cantos, revelam-se, à luz da etnossociologia e da educação territorial crítica, como práticas educativas, culturais e políticas de grande densidade formativa. No território insular de Guaraqueçaba, cada celebração — seja a Festa do Divino, o fandango, as novenas ou os cortejos religiosos — constitui um espaço de ensino-aprendizagem comunitária, no qual se transmitem saberes tradicionais, memórias coletivas, valores de pertencimento, formas de organização social e modos de resistência territorial. Muito além de manifestações religiosas ou expressões folclóricas, esses rituais operam como práticas formativas enraizadas na oralidade, na espiritualidade, no corpo, na convivência e na participação coletiva.

Ao longo desta investigação, buscou-se compreender quais processos educativos estão presentes nos rituais festivos caiçaras, quais práticas formativas se manifestam em sua realização e de que modo essas celebrações se constituem como espaços educativos não

escolares. A análise evidenciou que a aprendizagem ocorre nos preparativos da festa, na partilha dos alimentos, na ornamentação dos altares, na escuta dos mais velhos, na repetição dos cantos, na dança do fandango, na condução das procissões e na participação das diferentes gerações na vida comunitária. A festa, nesse sentido, não é um intervalo da vida pedagógica do território; ela é um de seus momentos mais intensos, pois nela se aprende a pertencer, cuidar, lembrar, celebrar e resistir.

A metodologia adotada, ancorada na escuta sensível, na observação participante, na cartografia social, na análise documental e na valorização dos saberes locais, permitiu identificar dimensões educativas que frequentemente escapam às leituras tradicionais da escola, da política e da cultura. Em vez de compreender as comunidades caiçaras apenas a partir de ausências, carências ou vulnerabilidades, o estudo voltou-se para suas presenças formativas: a capacidade de ensinar por meio da experiência, de preservar memórias pela oralidade, de formar sujeitos pela convivência e de transformar o território em matriz educativa. Em um cenário de pressões socioambientais, invisibilização institucional e enfraquecimento dos modos de vida tradicionais, a persistência das festas revela a força pedagógica dos povos caiçaras na produção de seus próprios códigos de existência.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre Etnossociologia, Antropologia dos Rituais, Performatividade, Educação Popular, Educação do Território e Pensamento Subalterno mostrou-se potente para compreender que a formação humana também se realiza nos campos do sensível, da fé, da cultura e da memória coletiva. A política e a educação não se fazem apenas nos espaços formais das instituições, mas também nos terreiros iluminados por velas, nas rodas de fandango, nos salões comunitários, nas praias, nos trapiches, nas capelas e nos caminhos percorridos pelas procissões. Reconhecer essa dimensão significa afirmar que os tambores, as danças, as rezas, os silêncios e os gestos comunitários também carregam epistemologias, currículos de vida e práticas legítimas de produção de conhecimento.

Este artigo, portanto, reafirma que os rituais caiçaras devem ser compreendidos como espaços pedagógicos vivos, nos quais a comunidade ensina e aprende a permanecer no território com dignidade, beleza, fé e pertencimento. Ao reconhecer as festas como práticas educativas e políticas, amplia-se o próprio sentido de educação, incorporando os saberes tradicionais, a memória oral, a espiritualidade popular e a formação intergeracional como dimensões indispensáveis à justiça epistêmica. Assim, Guaraqueçaba, com suas ilhas, mestres, festeiros, remadores, devotos e fandanguheiros, ensina que resistir não é apenas reagir às ameaças externas, mas continuar formando sujeitos, transmitindo saberes e celebrando coletivamente a vida. Que outras pesquisas possam aprofundar esse caminho, reconhecendo nas festas, nos cantos e nos

rituais caiçaras não apenas objetos de estudo, mas fontes legítimas de educação, conhecimento e reexistência.

## Referências

ALBÁN, Jimena. **Reexistência**: subjetividades e territórios em disputa. Quito: Abya Yala, 2014.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método participativo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. 117 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIOCESE DE PARANAGUÁ. **Você sabe?** Está acontecendo a festa do padroeiro na comunidade dedicada à São João Batista. Facebook, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/diocesedeparanagua/posts/1193030629536015/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios da diferença**: a ontologia política dos “direitos ao território”. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FOLHA DO LITORAL. Festa do Divino acontece nos dias 18 e 19 na Ilha das Peças. 2023. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/editorias/eventos/festa-do-divino-acontece-nos-dias-18-e-19-na-ilha-das-pecas/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRUPO DE FANDANGO CAIÇARA PIRÃO DO MESMO – ILHA RASA. [Fotografia de apresentação do grupo tradicional caiçara]. Instagram, 2023. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C\\_JtjCbugEB/](https://www.instagram.com/p/C_JtjCbugEB/). Acesso em: 2 jul. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **Educação e o comum**: ensaios sobre a escola e a resistência democrática. São Paulo: Cortez, 2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Brasília: Paralelo 15; Editora da UnB, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: forma e significado na história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RABOTEAU, Albert. **A religião dos escravos: o invisível mundo da fé afro-americana**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

SCHECHNER, Richard. **Performance: teoria e prática**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

SCOTT, James C. **Dominação e as artes da resistência: escritos do cotidiano subordinado**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** São Paulo: Editora UFMG, 2010.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

TEIXEIRA, Ana Claudia da Silva. **Políticas da presença: cultura e performance na luta pela terra**. São Paulo: Annablume, 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria crítica social na era dos meios de comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, descolonização do Estado e do conhecimento. **Revista SUR**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 15-38, 2009. Disponível em: <https://sur.conectas.org>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WOOD, Denis. **Everything sings: maps for a narrative atlas**. Los Angeles: Siglio Press, 2010. DOI <https://doi.org/10.22269/111013>

Artigo recebido em: 14/07/25 | Artigo aprovado em: 11/06/26 | Artigo publicado em: 21/08/26